

Ampliação do número de deputados vai a plenário

Marcondes Sampaio

Derrotadas na última quinta-feira pela Comissão de Sistematização, as emendas que pretendem ampliar de 487 para até 542 o número de deputados federais deverão ser reapresentadas em plenário, porque já se considera praticamente certa uma decisão da Mesa da Constituinte permitindo novas alterações no substitutivo de Bernardo Cabral, como deseja o chamado "Centrão".

A reapresentação das emendas foi anunciada pelos seus autores, os deputados peemedebistas Michel Temer (SP) e Haroldo Sabóia (MA), e apoiada por lideranças de tendências tão distintas quanto o presidente do PT, Luís Inácio Lula da Silva, e do PTB, Gastone Righi. A proposta de Haroldo Sabóia prevê um total de 542 deputados, com o crescimento da representação paulista de 60 para 80 integrantes. A emenda Temer estabelece um máximo de 536.

Apenas a emenda Sabóia foi submetida a voto na Comissão de Sistematização — por ter ganho preferência —, sendo rejeitada por uma diferença de 57 a 36. A proposta original, constante do substitutivo Bernardo Cabral e também derrubada, só permitia o aumento da bancada paulista, para 80 deputados. O que prevaleceu foi uma emenda do deputado pernambucano Osvaldo Coelho (PFL), que manteve a atual composição da Câmara. Ela recebeu 47 votos favoráveis e 44 contrários.

O líder do PTB, Gastone Righi, atribui a derrota da emenda aos senadores paulistas Fernando Henrique Cardoso e Severo Gomes. Righi assegura que os senadores não participaram da votação e com isso seus votos foram substituídos por peemedebistas de outros estados contrários ao aumento da representação de São Paulo. O líder peetebista diz não ter dúvida de que em plenário uma das emendas terá grande chance de aprovação, otimismo partilhado pelos autores, que esta semana pretendem retomar suas articulações junto a parlamentares de todos os partidos.

O presidente do PT, Luís Inácio Lula da Silva, afirmou que vai propor uma reunião das esquerdas, para examinar a idéia de reapresentação de emendas no plenário da Constituinte, considerando que uma dessas emendas deve ser relativa à ampliação da bancada de São Paulo. Ele considera "inconcebível" a atual desproporção da representação política de São Paulo, levando em consideração que o Estado detém cerca de 25% da população do País e pouco mais de 10% do total de deputados federais.



Plenário da Câmara pode contar com até 542 deputados

Emenda beneficia derrotados

A provação da emenda Michel Temer traria de volta à Câmara muitos parlamentares que tiveram papel influente no Congresso, em legislaturas passadas, ou por algum motivo se tornaram papel influente no Congresso, em legislaturas passadas, ou por algum motivo se tornaram nacionalmente conhecidos. Derrotadas nas eleições do ano passado, poderiam retornar à Câmara figuras como o ex-presidente da Casa, Flávio Márcilio (PDS-CE); o ex-líder do PMDB na Câmara, Freitas Nobre (SP); o ex-presidente do PDT, Doutel de Andrade (RJ); o ex-líder do PT, Airton Soares (hoje filiado ao PMDB paulista); o ex-ministro da Justiça, Ibraim Abi-Ackel (PDS-MG), e o ex-líder do PDT, Mateus Schimidt (RS).

Com o crescimento de mais seis cadeiras na representação de Minas Gerais, também teriam chance de reassumir pelo menos três dos quatro suplentes do PMDB afastados da Câmara na última quinta-feira, diante da decisão do governador Newton Cardoso de determinar o retorno à Constituinte dos respectivos titulares que ocupavam secretarias de Estado em Minas. Voltariam à casa, com o aumento da bancada, os peemedebistas Israel Pinheiro Filho, Sérgio Naia e Paulo Almada. Ele deixaram a Constituinte porque Newton Cardoso afastou do seu secretariado os titulares, depu-

tados Mello Freire, Luiz Leal, Genésio Bernardino e José da Conceição. Se, depois da Constituinte, o governador mineiro promover o retorno desses parlamentares às respectivas secretarias, os suplentes José Mendonça de Moraes e Genesco Aparecido (irmão do governador do DF, José Aparecido), também deverão assumir uma cadeira.

Candidaturas

Em São Paulo, as chances para os suplentes são maiores porque, além da perspectiva de crescimento da bancada de 60 para 80, pelo menos 12 dos 30 deputados do PMDB são candidatos a prefeito no próximo ano e já no final do primeiro semestre poderão se afastar da Câmara, para se dedicar à campanha.

Além de Freitas Nobre e Airton Soares, retornariam ao Congresso, pela legenda peemedebista, os ex-deputados Francisco Dias, Mário Hato, Otacilio de Almeida e Guaçu Piteri. Também entrariam na representação paulista ampliada os novos José Yunes, Goro Hama e a Empresária Miriam Lee.

Do PT, teria cadeira assegurada o advogado Luís Eduardo Greenhalg. Do PTB, o ex-deputado malufista Armando Pinheiro e da coligação PFL-PDS, os ex-deputados Alcides Franciscato, Diogo Nomura e Renato Cordeiro. (M.S.)

Quércia reage à limitação para S. Paulo

Franca (SP) — O governador Orestes Quércia, de São Paulo, protestou ontem contra a decisão da Comissão de Sistematização de limitar em 60 deputados a representação do Estado na Câmara Federal.

"É uma violência contra São Paulo", afirmou o governador em discurso na cidade de Franca, SP. Ele disse ter ficado decepcionado "com a forma antipatriótica pela qual a Comissão de Sistematização decidiu sobre as representações de São Paulo, Minas e Rio". Para Quércia, essa decisão "é uma afronta".

Ele revelou que chegará a um acordo com as lideranças no sentido de se destinar a São Paulo pelo menos 80 deputados — o estado teria direito a 114 e conta atualmente com 60 representantes. De acordo com o governador, "parece que o general Ernesto Geisel está mandando na representação de São Paulo" — alusão às alterações procedidas na composição do Congresso pelo então presidente, ao editar o "pacote de abril" de 1977.

"Protestamos contra a discriminação que sofremos na Comissão de Sistematização, que não está à altura do Brasil", enfatizou Quércia. Ele afirmou ainda que a representação na Câmara deve ser definida em função do número de habitantes do Estado.

Sobre eleições, Quércia reafirmou sua defesa da tese das eleições diretas para Presidente em 1989. Mas garante que respeitará uma eventual decisão da Constituinte em estabelecer o pleito para o ano que vem. Sobre a crise, afirmou: "Política é aquilo que o Presidente diz: todos os dias existem problemas a serem administrados. Isso é próprio da democracia".

Para Porto, conselho não será aprovado

São Paulo — Apesar de reconhecer que o Conselho Nacional de Justiça, aprovado pela Comissão de Sistematização com base em proposta do deputado José Maria Eymael, preserva a independência do poder judiciário, o presidente da Associação Paulista dos Magistrados, desembargador Odyr Porto, pretende agora lutar para que ele seja rejeitado no plenário.

"Para evitar qualquer equívoco vamos tentar retirar esse substitutivo no plenário, pois de qualquer forma o conselho é um órgão de risco", afirmou o desembargador, que acredita mesmo na possibilidade de o conselho "cair", graças a atuação dos grupos suprapartidários "que agora são bastante expressivos".

Segundo Odyr, a criação do Conselho Nacional de Justiça era realmente a principal preocupação dos magistrados em relação ao projeto de organização do poder judiciário da Comissão de Sistematização: "Como estava previsto inicialmente, restringia a independência dos juizes e sem isso não há justiça. Com a aprovação do destaque do deputado Eymael, o conselho passou a ser um órgão de controle interno, o que não altera a condição de poder do judiciário", explicou Odyr, lembrando que foi suprimido do texto original o termo "externo" do artigo 144, além de retiradas do parágrafo único as referências que tipificavam o conselho como órgão externo.

Ousadia

O desembargador argumentou ainda que o Conselho de Justiça funciona bem em países de grande maturidade política como a França e outras regiões da Europa. De maneira geral, ele acha que o projeto votado pela Comissão de Sistematização, no que se refere a organização do poder judiciário, é muito tímido e não atende à principal aspiração da população: "era a grande oportunidade de atender ao anseio do povo brasileiro por uma justiça mais rápida, mas o projeto não caminha para isso. Eu queria que o Bernardo Cabral ousasse mais um pouco nesse sentido de acelerar a justiça", declarou.

Odyr Porto considerou positiva a criação do juizado de pequenas causas, entendendo, porém, que ele deveria se estender a todas as causas. Também encarou como um avanço a manutenção do supremo como corte constitucional, mas lamentou que os estados só possam legislar sobre o procedimento processual.

Legislativo do País é dos menores

Um estudo feito pelos parlamentares interessados na ampliação da representação da Câmara mostra que o Legislativo brasileiro é bem menor, em termos proporcionais, que o de vários países democráticos do mundo. Enquanto o Brasil, com mais de 140 milhões de habitantes, elege 487 deputados federais, a Assembleia Nacional francesa — num país de 55 milhões de habitantes — reúne 577 parlamentares. A Itália, com uma população de 57 milhões de pessoas elege 630; a Alemanha, com 60 milhões, tem 630 deputados, e a Inglaterra, 634 membros na Câmara dos Comuns.

Além desses dados, os defensores de uma representação maior procuram demonstrar que o custo de funcionamento do Parlamento brasileiro é muito reduzido — apenas 0,72% do Orçamento da União (0,32% para a Câmara; 0,33% para o Senado e 0,07% para o Orçamento).

Uma Câmara com 542 deputados permitiria o crescimento das representações de 12 estados. São Paulo sairia de 60 para 80 deputados; Minas de 53 para 60; Rio de Janeiro, de 46 para 52; Bahia, de 39 para 44; Rio Grande do Sul, de 31 para 35; Paraná, de 30 para 34; Pernambuco, de 25 para 28; Ceará, de 22 para 24; Maranhão, de 18 para 19; Goiás, de 17 para 18; Pará, de 17 para 18 e Santa Catarina, de 16 para 17. Ficariam com suas representações inalteradas os estados da Paraíba, Piauí, Espírito



Freire defende a ampliação

Santo, Alagoas, Rio Grande do Norte, Amazonas, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Sergipe, Rondônia, Acre, os territórios do Amapá e de Roraima e o Distrito Federal.

São Paulo

No centro de todo o debate em torno da ampliação da Câmara está a questão do crescimento da bancada paulista, hipótese que desperta a reação da maioria dos parlamentares do Nordeste. As razões dessa reação foram sintetizadas no encaminhamento da votação da sua emenda, quinta-feira, pelo

deputado pernambucano Osvaldo Coelho: São Paulo já detém um excessivo poder econômico. Aumentando seu poder político, isso poderia gerar um perigoso desequilíbrio no sistema federativo.

O contra-argumento dos paulistas é o de que a atual composição da Câmara gera uma inaceitável deformação, pela qual o voto de um eleitor do Acre vale 20 vezes mais que a de um paulista, comprometendo, deste modo, a necessária equidade na representação dos cidadãos.

Alguns parlamentares nordestinos concordam com a argumentação dos paulistas e para tanto recorrem até a interpretações ideológicas. O líder do PCB, Roberto Freire, e o peemedebista Haroldo Sabóia, por exemplo, comentam que, para os interesses progressistas, é preferível o crescimento da bancada de São Paulo do que a do Nordeste, devido à inclinação mais conservadora do eleitorado dessa região.

Tal interpretação é contestada pelos pernambucanos Osvaldo Lima Filho e Cristina Tavares, ambos do PMDB. Eles lembram que um dos principais núcleos do "Centrão" — a corrente de centro e de direita que está reagindo aos avanços da Constituinte — está em São Paulo. Além disso, na última eleição foram derrotados muitos deputados de esquerda e os partidos comunistas e o PSB não elegeram sequer um constituinte naquele Estado. (M.S.)

Arquivo 08/10/87